



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº PMC/124/2025.

PRC/125/2025.

Processo Administrativo PMC/14310/2023

Inexigibilidade PMC/069/2025

Que entre si celebram, de um lado, como CONTRATANTE, o **MUNICÍPIO DE CONGONHAS**, com sua Prefeitura Municipal, sediada à Praça Presidente Kubitschek, 135, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, representado por seu Secretário Municipal de Esportes e Lazer, José Lúcio de Castro, conforme delegação de competência realizada por meio do Decreto nº 8.025 de 12 de fevereiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e a Federação Mineira de Voleibol, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.679.540/0001-83, sediada na Avenida Olegário Maciel, nº 311, 2º andar, Sala 201, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.180-110, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por Wesley Marcos Lucas de Mendonça, conforme atos constitutivos, tendo em vista o que consta no Processo nº PRC/125/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 7.963, de 17 de dezembro de 2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 069/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II da 14.133/2021)

1.1. Contratação da Federação Mineira de Voleibol, para prestação de serviço de arbitragem em campeonatos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEL, sendo a Copa Congonhas de Voleibol masculino e feminino, Torneio de Férias de Voleibol masculino e feminino, Copa Verão de Voleibol, Torneio de Vôlei de Praia masculino e feminino de Congonhas, além da Liga Mineira de Voleibol (categorias adulto masculino divisão especial, adulto feminino A1, categoria de base sub 15 e sub 17), Torneio de categoria de base masculino e feminino de voleibol de Congonhas, bem como inscrições e revalidações de atletas e membros de comissão técnica, outros atos e demais taxas a serem praticados junto à FMV, necessários para a conclusão do objeto e participação do município nos diversos eventos/competições esportivas oficiais e/ou cancelados pela FMV.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. Termo de Referência;
- 1.2.2. A Autorização de Contratação Direta;
- 1.2.3. A Proposta do contratado; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será até o dia **10 de fevereiro de 2026**, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, DA PROPOSTA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 O custo total da contratação é de **R\$ 152.075,00** (Cento e cinquenta e dois mil e setenta e cinco reais), conforme proposta anexa.

3.2 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
Contratação da Federação Mineira de Voleibol (FMV), conforme detalhada no ITEM 3.4.2 , para prestação de serviço de arbitragem em campeonatos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEL, sendo a Copa Congonhas de Voleibol, Torneio de Voleibol de Congonhas, Torneio de Férias de Voleibol, Copa Verão de Voleibol, Torneio de Vôlei de Praia de Congonhas, além da Liga Mineira de Voleibol, bem como inscrições e revalidações de atletas e membros de comissão técnica, outros atos e demais taxas a serem praticados junto à FMV, necessários para a conclusão do objeto e participação do município nos diversos eventos/competições esportivas oficiais e/ou cancelados pela FMV.	R\$ 152.075,00 (Cento e cinquenta e dois mil e setenta e cinco reais)

3.2.1 Planilhas de quantidades e preço.

ITEM 1 - INSCRIÇÕES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Inscrição de equipe na liga mineira de vôlei divisão especial masculino e feminino.	2	R\$ 550,00	R\$ 1.100,00
2	Inscrição de equipe na liga mineira de vôlei divisão ao acesso A1 masculino e feminino.	2	R\$ 350,00	R\$ 700,00
3	Inscrição de equipe na liga mineira de vôlei categorias de base masculino e feminino.	5	R\$ 380,00	R\$ 1.900,00
VALOR PARCIAL – R\$ 3.700,00				

ITEM 2 – TAXAS ATLETAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Taxa de inscrição, renovação e transferência de atletas da (categoria de base) masculino e feminino.	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
VALOR PARCIAL – R\$ 2.500,00				

ITEM 3 – TAXAS DE ARBITRAGEM LIGA MINEIRA ADULTO MASCULINO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Taxa de arbitragem por jogo da liga mineira em	15	R\$ 300,00	R\$ 4.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

	Belo Horizonte e Contagem adulto masculino divisão especial, mais semifinal e final.			
2	Taxa de arbitragem por jogo da liga mineira fora de Belo Horizonte e Contagem adulto masculino divisão especial, mais semifinal e final.	10	R\$ 320,00	R\$ 3.200,00
VALOR PARCIAL – R\$ 7.700,00				

ITEM 4 – TAXAS DE ARBITRAGEM LIGA MINEIRA SÉRIE A1 ADULTO FEMININO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Taxa de arbitragem por jogo em Belo Horizonte e Contagem adulto feminino da liga mineira divisão de acesso série A1.	15	R\$ 195,00	R\$ 2.925,00
2	Taxa de arbitragem por jogo da liga mineira fora de Belo Horizonte e Contagem adulto feminino divisão de acesso série A1.	15	R\$ 215,00	R\$ 3.225,00
3	Taxa de arbitragem por jogo da liga mineira em Belo Horizonte e Contagem da fase semifinal e final da divisão de acesso série A1 adulto feminino.	5	R\$ 270,00	R\$ 1.350,00
4	Taxa de arbitragem por jogo da liga mineira fora de Belo Horizonte e Contagem da fase semifinal e final da divisão de acesso série A1 adulto feminino.	5	R\$ 290,00	R\$ 1.450,00
VALOR PARCIAL – R\$ 12.150,00				

ITEM 5 – TAXAS DE ARBITRAGEM CATEGORIA DE BASE MASCULINO E FEMININO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Taxa de arbitragem por jogo da liga mineira em Belo Horizonte e Contagem da fase classificatória categoria de base masculino e feminino.	25	R\$ 195,00	R\$ 4.875,00
2	Taxa de arbitragem por jogo liga mineira fora de Belo Horizonte e Contagem da fase classificatória categoria de base masculino e feminino.	25	R\$ 270,00	R\$ 6.750,00
3	Taxa de arbitragem por jogo da liga mineira em Belo Horizonte e Contagem da fase classificatória categoria de base fase semifinal e	25	R\$ 270,00	R\$ 6.750,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

	final masculino e feminino.			
4	Taxa de arbitragem por jogo da liga mineira fora de Belo Horizonte e Contagem da fase classificatória categoria de base semifinal e final masculino e feminino.	20	R\$ 290,00	R\$ 5.800,00
VALOR PARCIAL – R\$ 24.175,00				

ITEM 6 – TAXAS DE ARBITRAGEM CAMPEONATOS INTERNOS MASCULINO E FEMININO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Taxa de arbitragem campeonato copa verão de vôlei em Congonhas masculino e feminino.	20	R\$ 867,50	R\$ 17.350,00
2	Taxa de arbitragem campeonato em Congonhas torneio de férias masculino e feminino.	40	R\$ 867,50	R\$ 34.700,00
3	Taxa de arbitragem campeonato em Congonhas torneio de categoria de base masculino e feminino.	100	R\$ 294,00	R\$ 29.400,00
4	Taxa de arbitragem campeonato em Congonhas torneio de vôlei de praia masculino e feminino.	100	R\$ 236,00	R\$ 23.600,00
VALOR PARCIAL – R\$ 105.050,00				

VALOR TOTAL	R\$ 152.075,00
--------------------	-----------------------

CLÁUSULA QUARTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Para que o objeto da contratação seja atendido é necessário o atendimento dos requisitos mínimos, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, dispostos nos artigos 62, 66 e 68 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta.

5.1.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.2.1. Localidade: Sob Demanda

5.1.2.2. Dias e horários da prestação do serviço: Sob Demanda

5.1.2.3. Periodicidade dos serviços: Sob Demanda

5.1.2. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

5.2. As especificações técnicas da Federação Mineira de Voleibol (FMV) incluem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

5.2.2. Regulamentação e Normas

5.2.2.1. Cumprimento das diretrizes da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) e Federação Internacional de Voleibol (FIVB).

5.2.2.2. Definição das regras técnicas e administrativas para competições estaduais.

5.2.3. Organização de Competições

5.2.3.1. Estruturação e realização de campeonatos estaduais de diversas categorias (infantil, juvenil, adulto, máster, masculino e feminino).

5.2.3.2. Elaboração de regulamentos específicos para cada competição.

5.2.3.3. Gestão da inscrição e regularização de clubes e atletas.

5.2.4. Infraestrutura Técnica

5.2.4.1. Definição de padrões mínimos para ginásios e quadras de jogos.

5.2.4.2. Especificações sobre equipamentos esportivos (redes, bolas, postes, marcações de quadra).

5.2.5. Arbitragem e Controle de Jogos

5.2.5.1. Formação e credenciamento de árbitros e oficiais de mesa.

5.2.5.2. Designação de equipes de arbitragem para os jogos.

5.2.5.3. Uso de súmulas eletrônicas e sistemas de acompanhamento dos resultados.

5.2.6. Registro e Certificação

5.2.6.1. Emissão de registros e transferências de atletas e treinadores.

5.2.6.2. Certificação de técnicos e árbitros conforme cursos e atualizações exigidos.

5.3. O recebimento do objeto do contrato, decorrente da referida contratação, se dará:

5.3.2. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico quando houver.

5.3.3. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.4. Os serviços em questão ficam amparados pelas garantias do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

5.5. A discricionariedade da Administração para a exigência da garantia, considerando que esta é apenas obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 7º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, o que não é o caso da presente contratação.

5.6. O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira objetiva em que consiste, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado o ônus, a cargo do CONTRATANTE.

5.7. A CONTRATADA deve possuir canal de comunicação para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros deles constando a descrição do problema.

CLÁUSULA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DO CONTRATO (art. 92, XII)

7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

CLÁUSULA OITAVA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelos servidores indicados no item “8.9.” ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidia-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

8.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidia-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.6. Os gestores dos contratos serão os servidores indicados no item “8.9.” com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

8.6.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento.

8.6.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.6.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato.

8.6.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado.

8.6.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado.

8.6.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços.

8.7. O contratado deverá indicar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e WhatsApp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da licitação objeto deste termo de referência.

8.8. O contratado deverá manter o preposto aceito pela Administração durante todo o fornecimento do bem para representa-lo na execução do contrato.

8.9. GESTORES E FISCAIS DOS CONTRATOS:

8.9.1. O gestor do contrato, será o servidor **Sr. Márcio Silva Reis, matrícula: 60011, Coordenador de Excelência Esportiva, e-mail: marciosilva@congonhas.mg.gov.br**, nomeado através de Portaria com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme disposto no Decreto Municipal nº 7.963/2024.

8.9.2. A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelo servidor **Sr. Romildo Neves Santana, Gerente de Planejamento e Governança Esportiva, matrícula: 20147041, e-mail: romildonevessantana@gmail.com**, nomeado através de Portaria, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que deverá cumprir o disposto no Decreto Municipal nº 7.963/2024.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

9.2. O prazo para liquidação da despesa será de 15 (quinze) dias úteis, a contar do atesto da nota fiscal pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

9.2.1. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

9.3. O prazo para pagamento, será de 15 (quinze) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos serão reduzidos pela metade.

9.5. Estes prazos poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não serão computados no prazo fixado.

9.7. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

9.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam: inscrição no CPF ou no CNPJ; inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal; regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal; regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS; regularidade perante a Justiça do Trabalho; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.9. Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, mediante a consultas no CEIS e CNJ, ou outros que lhe sobrevierem.

9.10. A eventual perda das condições de que trata o caput não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.

9.11. Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação, no prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo do pagamento do montante devido.

9.11.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.12. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.14.1. As retenções referentes ao Imposto sobre a Renda serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e do Decreto Municipal nº 7.609/2023.

9.14.2. Não será efetuado o pagamento de Documento Fiscal emitido em desconformidade com as normas supracitadas.

9.14.3. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

9.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

10.1 Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19

Unidade: 01

Função: 27

Sub-função: 812

Programa: 0043

Atividade: 2.108 – Manutenção das Atividades Desportivas

339339 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

11.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

11.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência.

11.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada o valor correspondente a prestação de serviço, no prazo e forma estabelecidos no contrato e seus anexos.

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

12.1. A CONTRATADA obriga-se a:

12.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

12.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.

12.1.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

12.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.1.5. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá e/ou outro documento equivalente.

12.1.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica.

12.1.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso.

12.1.8. Relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

12.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

12.1.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração.

12.1.12. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

12.1.13. As características indicadas na proposta vinculam a referida contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.0709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

13.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

14.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato.

14.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

14.1.3. Der causa à inexecução total do contrato.

14.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

14.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

14.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato.

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens “14.1.2.” ao “14.1.4.”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens “14.1.5.” ao “14.1.8.”, bem como nos itens “14.1.2.” ao “14.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.4. **Multa:**

14.2.4.1. **Multa moratória de 0,5%** (meio décimo por cento) a cada 30 minutos de atraso além do horário fixado pela administração para o início da partida/jogo, limitado a 2 (duas) horas, caracterizando, após tal prazo, inexecução do ajuste.

14.2.4.2. **Multa compensatória no importe de 10%** (dez por cento) sobre o valor do contrato na hipótese de reincidência de inexecução parcial.

14.2.4.3. **Multa compensatória no importe de 20% (vinte por cento) pela inexecução total do contrato.”.**

14.2.4.3.1. O atraso superior a 2 (duas) horas autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

14.2.4.4. **Compensatória**, para as infrações descritas nos itens “14.1.5.” ao “14.1.8.”, de **20% a 30% do valor do Contrato**.

14.2.4.5. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista no item “14.1.3.”, de **20% a 30% do valor do Contrato**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

- 14.2.4.6. Para infração descrita no item "14.1.2.", a multa será de **10% a 20%** do valor do Contrato.
- 14.2.4.7. Para infrações descritas no item "14.1.4.", a multa será de **1% a 10%** do valor do Contrato.
- 14.2.4.8. Para a infração descrita no item "14.1.1.", a multa será de **1% a 10%** do valor do Contrato.
- 14.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 14.8.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.8.2. As peculiaridades do caso concreto.
- 14.8.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 14.8.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.
- 14.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 14.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 14.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 15.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 15.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 15.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO.

- 16.1 É prevista a aplicação da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 6.826, de 27 de maio de 2019, de acordo com a seguinte cláusula:
- 16.2 Na forma da Lei federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 6.826/2019, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar poderá oferecer, dar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por contra própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quando ao objeto deste instrumento, ou de outra forma que não relacionada a este instrumento, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, gestores, fiscais, servidores públicos e colaboradores ajam da forma e observando sempre a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

- 18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 18.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 18.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO.

- 19.1 O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.2 A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

19.3 Conforme art. 6º do Decreto Nº. 7.726, de 5 de janeiro de 2024, o Termo de Referência deverá ser publicado junto ao ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, como anexo, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como no Portal de Transparência do município, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO.

20.1 O Município de Congonhas reserva-se no direito de impugnar a prestação de serviço, se esta não estiver de acordo com as especificações contidas neste Contrato.

20.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Congonhas/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Congonhas, 04 de setembro de 2025.

JOSE LUCIO DE CASTRO:00772746877
746877

Assinado de forma digital
por JOSE LUCIO DE
CASTRO:00772746877
Dados: 2025.09.04
15:52:16 -03'00'

José Lúcio de Castro

Secretário Municipal de Esportes e Lazer

WESLEY MARCOS
LUCAS DE
MENDONCA:03631
945680

Assinado digitalmente por WESLEY MARCOS LUCAS
DE MENDONCA:03631945680
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CERTIFICA
ANAPOLIS v5, OU=26444428000117, OU=
Videoconferencia, OU=Certificado PF A1, CN=WESLEY
MARCOS LUCAS DE MENDONCA:03631945680
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização
Data: 2025.09.04 16:54:29-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

Wesley Marcos Lucas de Mendonça

Federação Mineira de Voleibol

TESTEMUNHAS:

1-

2-

